



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 11, novembro 2007. 41 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 4,4 bilhões, frente um superávit de R\$ 9,9 bilhões registrados no mês anterior e déficit de R\$ 336,7 milhões observados em novembro de 2006. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 7,0 bilhões, a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 23,2 milhões, respectivamente. No ano, o superávit do Governo Central atinge R\$ 65,9 bilhões (2,83% do PIB), contra R\$ 54,7 bilhões (2,57% do PIB) em igual período do ano anterior.

O resultado primário do Governo Central no acumulado de 2007 atingiu R\$ 65,9 bilhões (2,83% do PIB), R\$ 11,3 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2007	NOV 2007	JAN-NOV 2006 2007	
I. RECEITA TOTAL	54.692,0	52.552,1	485.856,0	551.751,4
I.1. Receitas do Tesouro	42.886,6	40.627,7	378.341,5	430.060,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	44.584,6	42.689,0	387.583,2	442.087,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.698,0	-2.061,3	-9.241,7	-12.016,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-10,1
I.2. Receitas da Previdência Social	11.711,9	11.763,4	106.129,1	120.583,5
I.3. Receitas do Banco Central	93,5	161,0	1.385,4	1.107,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.123,3	9.551,4	83.494,3	94.139,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	46.568,7	43.000,7	402.361,7	457.612,4
IV. DESPESA TOTAL	36.690,7	38.581,5	347.679,6	391.669,0
IV.1. Despesas do Tesouro	22.125,4	24.073,2	200.020,6	228.352,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.015,0	10.024,7	92.479,9	103.131,4
IV.1.2. Custeio e Capital	13.071,8	13.983,9	106.957,1	124.830,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.957,1	1.710,5	13.491,0	16.794,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.200,6	2.102,3	5.920,8	8.050,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.182,2	1.184,3	10.601,7	12.367,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.732,0	8.986,8	76.943,6	87.618,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	38,6	64,6	583,6	390,6
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.406,3	14.324,1	146.139,3	161.579,3
IV.3. Despesas do Banco Central	159,1	184,2	1.519,6	1.737,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	9.878,0	4.419,3	54.682,2	65.943,5
V.1. Tesouro Nacional	12.637,9	7.003,1	94.826,6	107.569,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.694,4	-2.560,6	-40.010,2	-40.995,8
V.3. Banco Central (4)	-65,6	-23,2	-134,2	-630,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,57%	2,83%

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,56%
Tesouro	13,67%
Previdência	13,62%
Transferências	12,75%
Receita Líquida	13,73%
Despesas	12,65%
Benefícios	10,57%
Pessoal	11,52%
Custeio e Capital	16,71%
PIB estimado	9,56%

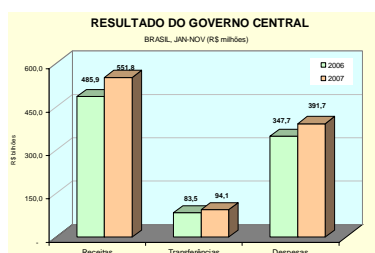
No mês, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de R\$ 1,9 bilhão (4,3%), por motivos sazonais: i) recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL em outubro, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; ii) recolhimento trimestral da parcela sobre a participação

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,46%	4,62%
Previdência Social	-1,88%	-1,76%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
Governo Central	2,57%	2,83%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	22,86%	23,70%
Transferências	3,93%	4,04%
Receita Líquida	18,93%	19,66%
Despesa Total	16,36%	16,82%
Resultado Primário	2,57%	2,83%

especial na exploração de petróleo e gás natural em outubro, que elevou a arrecadação da cota-parte de compensações financeiras naquele mês; iii) distribuição de juros remuneratórios sobre capital próprio, que afetou positivamente a arrecadação do IRRF-Capital e IRRF- Remessas ao Exterior do mês de outubro. As transferências a estados e municípios que, em grande medida, têm por base a arrecadação do IR e das compensações financeiras do mês anterior, apresentaram acréscimo de R\$ 1,4 bilhão em novembro (17,6%). Por sua vez, as despesas do Tesouro cresceram R\$ 1,9 bilhão (8,8%), com destaque para o aumento de R\$ 1,0 bilhão nos gastos com pessoal e encargos sociais, principalmente pelo pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. As despesas de custeio e capital aumentaram em R\$ 912,1 milhões, principalmente na rubrica “Subsídios e Subvenções Econômicas” (R\$ 901,7 milhões, 75,1%).

No ano, o resultado do Governo Central é 20,6% maior que o obtido em igual período de 2006 (R\$ 65,9 bilhões contra R\$ 54,7 bilhões), superior ao crescimento nominal de 9,6% estimado para o PIB do período de janeiro a novembro. Dessa forma, o superavit primário acumulado em relação ao PIB apresenta elevação de 0,26 ponto percentual.



As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à RFB, à PGFN e ao INSS. A receita total do Governo Central este ano cresceu 13,6%, alcançando 23,7% do PIB (crescimento de 0,84 ponto percentual em relação a 2006), com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (22,2%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IPI (19,1%), refletindo o bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007; iii) IRPF (56,4%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens, em decorrência, principalmente da abertura de capital da Bolsa de Valores de São Paulo, da intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias, - DOI, das Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias – DIMOB; e iv) IRPJ (22,1%) e CSLL (20,4%), devido ao incremento da lucratividade em vários setores empresariais. O menor crescimento foi verificado nas “demais receitas”, que apresentou elevação de apenas 4,2% no ano. A explicação para esse percentual menos expressivo está associada à menor arrecadação de dividendos (redução de R\$ 2,7 bilhões) e da cota-parte de compensações (queda de R\$ 1,7 bilhão), que contrabalançaram, parcialmente, o efeito da elevação no recolhimento do conjunto receitas restantes, em especial das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 17,0 bilhões em 2007, contra R\$ 13,7 bilhões no ano anterior).

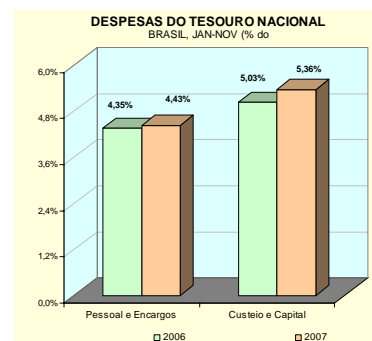
A arrecadação do Governo Central cresceu 13,6% em 2007, associada preponderantemente ao desempenho econômico e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.

As transferências a estados e municípios cresceram 12,7% (R\$ 10,6 bilhões) em termos nominais. Ocorreram repasses de R\$ 3,6 bilhões no âmbito da Lei Complementar nº 115/2002, contra R\$ 3,2 bilhões no mesmo período do ano passado. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 14,2% (R\$ 9,0 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,6%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

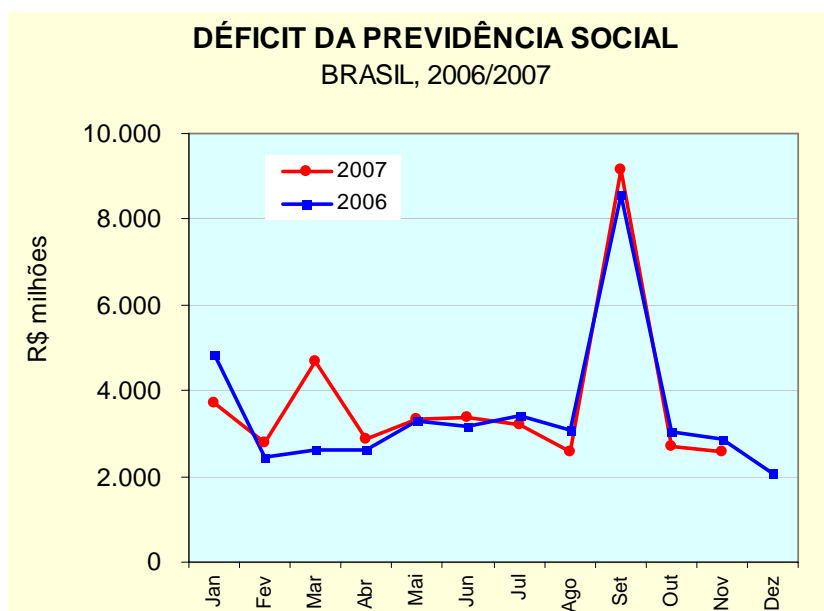
As despesas do Tesouro Nacional cresceram 14,2% (R\$ 28,3 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. Em percentual do PIB, totalizaram 9,81% do PIB, contra 9,41% no mesmo período do ano anterior. Verificou-se incremento de R\$ 17,9 bilhões (16,7% ou 0,33 ponto percentual do PIB) nos gastos com custeio e capital, e de R\$ 10,7 bilhões (11,5% ou 0,08 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais. Entre os gastos com custeio e capital, registraram maior incremento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,14 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,09 p.p. do PIB), subsídios e subvenções econômicas (0,07 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,03 p.p. do PIB). Com relação ao dispêndios com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 8,0 bilhões até novembro, crescimento de R\$ 2,1 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações foram: i) gastos com securitização agrícola de R\$ 1,4 bilhão em 2007, sendo que no ano passado esse dispêndio concentrou-se em dezembro no montante de R\$ 466,2 milhões; ii) incremento de R\$ 747,0 milhões nos dispêndios com equalização de custeio agropecuário.

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 985,5 milhões e deveu-se ao aumento do número médio de benefícios pagos (21,8 milhões até novembro de 2007 contra 21,3 milhões no mesmo período de 2006), à elevação do salário mínimo e às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 869,8 milhões (21,5%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006. O expressivo aumento de 13,6% na arrecadação, como decorrência sobretudo do crescimento da massa salarial e do nível de emprego formal, foi insuficiente para reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social em termos nominais. Como proporção do PIB, o déficit apresenta redução de 0,1 ponto percentual.

As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e custeio) cresceram 14,2%, acima da estimativa do PIB (9,6%).



O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 41,0 bilhões até novembro de 2007, R\$ 985,5 milhões acima do registrado em igual período do ano anterior.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 42,7 bilhões em novembro, contra R\$ 44,6 bilhões no mês anterior (redução de 4,3%). Este comportamento foi influenciado pela redução de R\$ 1,7 bilhão nas demais receitas e de R\$ 486,0 milhões nas receitas de impostos federais. As receitas de contribuições sociais, por outro lado, apresentaram crescimento de R\$ 274,6 milhões.

O volume total da arrecadação de impostos e contribuições alcançou R\$ 38,7 bilhões contra R\$ 39,0 bilhões no mês anterior (redução de 0,5%). Tal evolução é explicada, em grande medida, pelo recolhimento no mês anterior da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro e pela distribuição, também em outubro, de juros remuneratórios sobre o capital próprio, que afetou positivamente a arrecadação de IRRF – Capital e IRRF – Remessas ao Exterior naquele mês. As demais receitas totalizaram R\$ 3,9 bilhões ante R\$ 5,6 bilhões no mês anterior, apresentando uma redução de 29,9%, explicada pelo recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural ocorrido em outubro, que impactou positivamente a receita de cota-parte de compensações financeiras naquele mês.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/07	NOV/07
Impostos	19.436,0	18.950,0
Imposto de Renda	14.174,4	13.892,8
IPI	3.307,7	3.140,3
Outros	1.953,9	1.916,9
Contribuições	19.522,3	19.796,9
Cofins	8.957,5	9.574,1
CPMF	2.995,7	3.149,0
CSLL	3.757,6	2.932,7
Cide - Combustíveis	636,9	735,2
Outras	3.174,6	3.405,8
Demais	5.626,4	3.942,1
Cota parte	2.850,2	892,7
Diretamente Arrecadada	1.458,1	1.285,0
Dividendos da União	31,6	376,6
Outras	1.286,5	1.387,9
Total Bruto	44.584,6	42.689,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e retis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 54,5 bilhões (14,1%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 387,6 bilhões para R\$ 442,1 bilhões. Esse mon-

tante equivale a 18,89% do PIB, dos quais 8,18% correspondem à arrecadação de impostos, 8,50% de contribuições e 2,31% relativos às demais receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 11,6 bilhões (22,1%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 5,3 bilhões (20,4%) na arrecadação de CSLL, em função do aumento da lucratividade de diversos setores econômicos e do incremento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores durante o ano;
- b) incremento de R\$ 10,1 bilhões (12,1%) na Cofins e de R\$ 2,4 bilhões (10,8%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento no volume de vendas de bens e serviços acompanhando o bom desempenho da economia ao longo de 2007;
- c) elevação de R\$ 5,6 bilhões (9,5%) no IRRF, devido ao crescimento de 14,1% no IRRF - rendimentos do trabalho, influenciado pela crescimento da massa salarial, de 4,1% no IRRF - remessas ao exterior e de 9,2% no IRRF - outros rendimentos;
- d) crescimento de R\$ 4,9 bilhões (19,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos, fabricação de caminhões e ônibus e comércio por atacado; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 30,5% no valor em dólar das importações tributadas, de 11,5% na alíquota média do imposto e da redução de 10,0% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 4,6 bilhões (56,4%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob). No caso dos ganhos em operações em bolsa, o aumento na arrecadação tem como importante fator o aumento do volume de negócios na BOVESPA no ano de 2007. Observa-se, ainda, crescimento na arrecadação do IRPF relativo à declaração de ajuste do ano-base 2006, influenciado pela redução no número de dependentes declarados, em virtude do programa do IRPF ter passado a exigir que os contribuintes informem o número do CPF dos seus dependentes;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,57%	8,18%
Imposto de Renda	5,64%	6,08%
IPI	1,19%	1,30%
Outros	0,73%	0,80%
Contribuições	8,24%	8,50%
Cofins	3,90%	3,99%
CPMF	1,35%	1,41%
CSLL	1,23%	1,35%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,31%
Outras	1,42%	1,44%
Demais	2,43%	2,31%
Cota parte	0,84%	0,69%
Diretamente Arrecadada	0,64%	0,73%
Dividendos da União	0,46%	0,30%
Outras	0,49%	0,59%
Total Bruto	18,24%	18,99%

- f) elevação de R\$ 2,0 bilhões (22,2%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 30,5% no valor em dólar das importações tributadas, de 7,1% na alíquota média do imposto e da redução de 10,0% na taxa média de câmbio.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, somou R\$ 53,8 bilhões até novembro de 2007, apresentando acréscimo de R\$ 2,2 bilhão (4,2%) em relação ao do mesmo período do ano anterior. As receitas de cota parte de compensações financeiras e de dividendos da União apresentaram reduções de R\$ 1,7 bilhão (9,8%) e R\$ 2,7 bilhões (27,9%), respectivamente. Por outro lado, as receitas diretamente arrecadadas cresceram R\$ 3,4 bilhões (24,7%) e o resultado das outras receitas aumentou R\$ 2,2 bilhões (53,3%), com destaque para a recuperação, em 2007, de débitos de exercícios anteriores no âmbito da Medida Provisória nº 303/2006. Também apresentaram crescimento as receitas da CPSS e de concessões: em conjunto, o acréscimo foi de R\$ 1,1 bilhão (16,6%).

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	2.265,4	1.607,6
CEF	1.100,2	996,8
BNDES	3.041,7	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	299,6	267,2
IRB	130,1	15,8
Serpro	23,5	29,4
BASA	126,8	128,9
FND	15,2	32,2
BNB	41,6	117,9
Demais	294,7	144,1
Total	9.679,5	6.975,9

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/07	NOV/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.066,9	7.055,4
CIDE-Combustíveis	470,8	-
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	269,5	268,8
Demais	1.316,1	2.227,2
Total	8.123,3	9.551,4

¹ Inclui auxílio financeiro

Em novembro, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 9,6 bilhões, contra R\$ 8,1 bilhões em outubro, correspondendo a uma elevação de 17,6%. Concorreram para este comportamento os seguintes fatores: a) elevação de R\$ 988,5 milhões nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de outubro; b) incremento de R\$ 985,9 milhões no repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e c) redução de R\$ 470,8 milhões nas transferências da CIDE – Combustíveis em função do repasse trimestral ocorrido em outubro.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Out	Nov
Terceiro Decênio	7.155,7	9.866,9
Primeiro Decênio	3.094,6	2.680,8
Segundo Decênio	2.833,7	2.793,0
Total	13.084,0	15.340,7

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 10,7 bilhões (12,7%), elevando-se de R\$ 83,5 bilhões em 2006 para R\$ 94,1 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,04 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (3,93 pontos percentuais do PIB).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,98%	3,11%
CIDE-Combustíveis	0,08%	0,08%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,15%	0,16%
Demais	0,71%	0,70%
Total	3,93%	4,04%

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 9,0 bilhões (14,2%). As transferências no âmbito da Lei Complementar nº 115/2002 totalizaram R\$ 3,6 bilhões em 2007 contra R\$ 3,2 bilhões em igual período de 2006, aumento de 13,1% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi

realizado em março; ii) R\$ 866,7 milhões referentes às oito primeiras parcelas transferidas até o mês de novembro do montante total de R\$ 975,0 milhões previsto na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), para ser repassado em nove parcelas; e iii) R\$ 1,8 bilhão dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 (convertida em Lei nº 11.527/2007) para repasse até dezembro de 2007. As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 1,2 bilhão (7,8%), reflexo da elevação de R\$ 1,6 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$ 308,6 milhões nas transferências com salário-educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 702,7 milhões na cota parte de compensações financeiras.

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 24,1 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 1,9 bilhão (8,8%) relativamente a outubro. As despesas de pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 10,0 bilhões em novembro, apresentando um aumento de R\$ 1,0 bilhão (11,2%) em relação ao mês anterior. Os gastos com custeio e capital tiveram crescimento de R\$ 912,1 milhões (7,0%), aumento de R\$ 901,7 milhões (75,1%) nos subsídios e subvenções econômicas, de R\$ 254,8 milhões (2,9%) em “Outras Despesas de Custeio e Capital”, e queda de R\$ 246,5 milhões (12,6%) nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O crescimento nos gastos com pessoal e encargos sociais decorreu, principalmente, pelo pagamento sazonal de parte da gratificação natalina (13º salário) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. As despesas no âmbito do FAT totalizaram R\$ 1,7 bilhão em novembro contra R\$ 2,0 bilhões no mês anterior, queda de 12,6% nos pagamentos de Abono e Seguro Desemprego.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, destaca-se o aumento nas operações oficiais de crédito decorrente, principalmente, do crescimento na despesa de Securitização da Dívida Agrícola, R\$ 529,5 milhões, nos dispêndios do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, incremento de R\$ 353,3 milhões. Observou-se, por outro lado, queda de R\$ 110,8 milhões nos gastos de subvenções aos Fundos Regionais.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 9,0 bilhões em novembro, contra R\$ 8,7 bilhões no mês anterior, com variação de R\$ 254,8 milhões. Os principais destaques são o aumento nas despesas discricionárias de R\$ 721,3 milhões, em função do incremento nos gastos do Fundo de Combate à Pobreza, e redução de R\$ 567,3 milhões nos créditos extraordinários. Quanto à execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	63.349,8	72.323,1
CIDE - Combustíveis	1.781,3	1.850,2
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	3.209,7	3.629,6
Demais	15.153,4	16.336,0
Total	83.494,3	94.139,0

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/07	NOV/07
Pessoal e Encargos	9.015,0	10.024,7
Custeio e Capital	13.071,8	13.983,9
Despesas do FAT	1.957,1	1.710,5
Subsídios e Subvenções ¹	1.200,6	2.102,3
LOAS/RMV	1182,2	1184,3
Outras	8.732,0	8.986,8
Transferência ao Bacen	38,6	64,6

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/07	NOV/07
Sentenças Judiciais	13,6	0,7
Legislativo/Judiciário	412,0	368,6
Crédito Extraordinário ¹	1.234,2	666,9
Projeto Piloto de Investimento ²	451,7	548,0
Outras ³	54,1	114,8
Discricionárias	6.566,4	7.287,7
d/q Min. da Saúde	2.233,5	2.880,7
Min. do Des. Social	967,2	1.031,7
Min. da Educação	741,5	629,7
Min. da Defesa	525,7	647,8
Min. da Ciência e Tecnologia	281,4	276,4
Min. do Des. Agrário	144,6	143,4
Min. da Justiça	108,5	111,5
Min. da Previdência	101,7	101,0
Min. das Cidades	151,7	102,1
Demais	1.310,6	1.363,4
Total	8.732,0	8.986,8

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

primário, estas totalizaram R\$ 548,0 milhões apresentando um aumento de R\$ 96,4 milhões em relação ao mês anterior.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os dispêndios com a folha salarial que representavam 4,35% do PIB, em 2006, aumentaram para 4,43% do PIB, em 2007, incremento de 0,08%.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,81% do PIB, contra 9,41% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 28,3 bilhões (14,2%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (9,56%). Destacam-se os incrementos de R\$ 17,9 bilhões (16,7% ou 0,33 ponto percentual do PIB) nos gastos com custeio e capital, e de R\$ 10,6 bilhões (11,5% ou 0,08 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial que representavam 4,35% do PIB, em 2006, aumentaram para 4,43% do PIB, em 2007, incremento de 0,08%. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 1,4 bilhão. Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes de R\$ 2,3 bilhões, pagos pelas Justiças Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 2,7 bilhões no mesmo período de 2006. Verificou-se o incremento de R\$ 9,2 bilhões nos gastos de pessoal no âmbito do Poder Executivo, decorrente, principalmente, da reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,03% para 5,36% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,14 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,09 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,03 p.p. do PIB). As despesas do FAT atingiram R\$ 16,8 bilhões até novembro de 2007, contra R\$ 13,5 bilhões em igual período do ano anterior, um crescimento de R\$ 3,3 bilhões (24,5%) comparativamente ao período janeiro a novembro de 2006.

Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e o crescimento do número de beneficiários identificados, que passou de 11,8 milhões para 13,9 milhões de trabalhadores. Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e do pagamento do abono salarial.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,35%	4,43%
Custeio e Capital	5,03%	5,36%
Despesas do FAT	0,63%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,28%	0,35%
LOAS/RMV	0,50%	0,53%
Outras	3,62%	3,76%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2006, despesas com reordenamento de passivos

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2007**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-nov/01	1.286.287	-	441.930	-	844.357	-
média jan-nov/02	1.445.600	12%	526.800	19%	918.800	9%
média jan-nov/03	1.625.157	12%	624.313	19%	1.000.844	9%
média jan-nov/04	1.884.166	16%	811.117	30%	1.073.049	7%
média jan-nov/05	2.164.204	15%	997.066	23%	1.167.138	9%
média jan-nov/06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%
média jan-nov/07	2.565.889	8%	1.234.552	10%	1.331.337	6%



As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,8 bilhão (16,7%) em relação ao acumulado até novembro de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,2 milhão foi relativo aos idosos e 1,3 milhão, aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 8,0 bilhões no período de janeiro a novembro de 2007, apresentando aumento de R\$ 2,1 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações em relação ao ano anterior foram: i) custeio agropecuário com aumento de R\$ 747,0 milhões; ii) Programa de sustentação de preços agrícolas, crescimento de R\$ 364,8 milhões; iii) securitização da dívida agrícola, incremento de R\$ 1,4 bilhão, sendo que no ano passado esse dispêndio concentrou-se em dezembro R\$ 466,2 milhões; iv) Fundo da Terra, crescimento de R\$ 518,1 milhões; e v) queda de R\$ 402,4 milhões nos investimentos rurais, R\$ 371,5 milhões no Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF e R\$ 1,1 bilhão no reordenamento de passivos, neste caso explicado pela capitalização da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) em 2006, o que não ocorreu em 2007.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 3,7 bilhões em 2007, contra R\$ 2,2 bilhões em 2006. Considerando o total dos investimentos no âmbito do Governo Federal (Tabela A11), houve um crescimento de 24,3% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 15,9 bilhões, dos quais R\$ 9,5 bilhões relativos a restos a pagar e R\$ 6,4 bilhões do orçamento atual com destaque para os projetos do exercício: adequação, restauração e reconstrução das rodovias federais, construção da Ferrovia Norte-Sul e implantação de infra-estrutura e sistemas vitais na área da saúde.

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	3.109,1	5.592,2
Custeio Agropecuário	160,2	907,3
Investimento Rural	428,3	26,0
Preços Agrícolas	1.083,6	1.103,4
- EGF	2,6	29,0
- AGF	363,1	-8,3
- Sustentação de preços	717,9	1.082,7
Pronaf	737,0	825,6
Pesa	290,5	364,1
Cacau	1,1	0,3
Securitização	0,0	1.438,4
Fundo da Terra/Incra	408,4	926,5
FUNCAFÉ	0,0	0,7
Outros	-670,9	-19,4
Habituação (PSH)	284,8	126,8
FND	-1.234,1	-277,7
Exportação (Proex)	278,3	131,5
Total	2.438,1	5.572,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção
² Dados revisados

Os investimentos no âmbito do Governo Federal apresentaram crescimento de 24,3% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 15,9 bilhões.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	995,3	1.186,8
Legislativo/Judiciário	3.935,7	4.289,2
Crédito Extraordinário ¹	3.838,8	4.765,5
Projeto Piloto de Investimento ²	2.243,2	3.724,6
Outras ³	771,3	739,1
Discricionárias	65.158,3	72.913,2
d/q Min. da Saúde	30.492,1	31.896,9
Min. do Des. Social	8.276,2	9.796,2
Min. da Educação	6.415,3	6.515,9
Min. da Defesa	3.726,8	4.956,8
Min. da Ciência e Tecnologia	1.946,2	2.451,7
Min. do Des. Agrário	1.255,3	1.519,6
Min. da Previdência	786,3	1.211,8
Min. da Justiça	988,4	1.179,4
Min. dos Transportes	1.645,2	1.077,0
Demais	9.586,6	12.308,9
Total	76.943,6	87.618,3

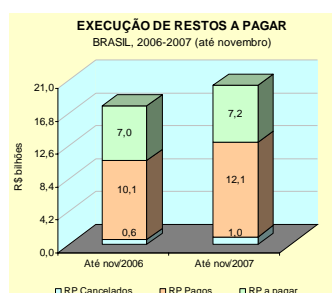
¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de custos de organismos internacionais.

Em relação ao mesmo período do ano passado, os pagamentos relativos à execução de créditos extraordinários totalizaram R\$ 4,8 bilhões, 24,1% superior ao executado em igual período de 2006. Houve também aumento de 19,1% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 1,2 bilhão até novembro.

Os gastos com custeio e investimento dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 4,3 bilhões, representando incremento de R\$ 353,5 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 7,8 bilhões (11,9%), acima da evolução do PIB nominal no período (9,6%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios no acumulado até novembro em relação ao ano anterior destacam-se os Ministérios da Saúde (R\$ 1,4 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,5 bilhão), da Defesa (R\$ 1,2 bilhão) e demais (R\$ 2,7 bilhões).



O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 12,1 bilhões, equivalentes a 62,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 10,1 bilhões, correspondentes a 59,1% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até novembro, R\$ 7,4 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 52,8% do total de RP de investimento inscritos no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,8 bilhão), Saúde (R\$ 1,2 bilhão), Educação (R\$ 643,3 milhões) e Cidades (R\$ 706,5 milhões).

Os principais programas beneficiados nesses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária (R\$ 898,0 milhões), os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul, Nordeste, Leste e Oeste-Norte (R\$ 1,1 bilhão), o Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 422,7 milhões), os programas Universidade do Século XXI (R\$ 338,9 milhões), Turismo no Brasil: uma Viagem para Todos (R\$ 313,5 milhões), Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano (R\$ 249,2 milhões), Modernização do Sistema Penitenciário Nacional e Sistema Único de Segurança Pública (R\$ 302,0 milhões), Democratizando o Acesso à Educação Profissional (R\$ 136,5 milhões) e Brasil Escolarizado (R\$ 128,6 milhões).

Previdência Social

Em novembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, inferior em R\$ 133,8 milhões ao registrado em setembro (queda de 5,0%). A pequena redução do déficit primário se explica principalmente pelo declínio no valor dos benefícios previdenciários pagos,

reforçado pela elevação na arrecadação líquida. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 41,0 bilhões, contra R\$ 40,0 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 2,5%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.711,9	11.763,4	106.129,1	120.583,5
Arrecadação Bruta	12.932,6	13.054,2	115.450,0	133.507,9
- Contribuição Previdenciária	11.994,6	12.123,8	105.768,5	122.682,0
- Simples	748,0	750,9	7.329,5	8.313,4
- CFT	62,7	49,9	627,3	636,8
- Depósitos Judiciais	77,9	80,3	1.231,4	1.356,3
- Refis	25,2	25,3	302,7	263,1
- Outras Receitas	24,2	24,0	190,7	256,2
(-) Restituição/Devolução	-21,7	-99,6	-446,3	-496,5
(-) Transferências a Terceiros	-1.199,0	-1.191,2	-8.874,6	-12.428,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.406,3	14.324,1	146.139,3	161.579,3
Benefícios Previdenciários	14.406,3	14.324,1	146.139,3	161.579,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.694,4	-2.560,6	-40.010,2	-40.995,8
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,88%	-1,76%

Em novembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. No período de janeiro a novembro de 2007, o déficit atingiu R\$ 41,0 bilhões, equivalentes a 1,76% do PIB. Em igual período de 2006, o déficit acumulado chegou a R\$ 40,0 bilhões, ou 1,88% do PIB.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,8 bilhões em novembro, representando elevação de R\$ 51,5 milhões (0,4%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos onze primeiros meses de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 14,5 bilhões (13,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 105,8 bilhões para R\$ 122,7 bilhões (elevação de 16,0%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a outubro de 2007 foi 10,3% superior à verificada no período correspondente de 2006. Esse efeito foi também reforçado pelo comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, nos dez primeiros meses de 2007, o saldo líquido entre admissões e desligamentos alcançou 1,812 milhão de postos (crescimento de 6,6%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	106.129,1	120.583,5	13,6%
Benefícios	146.139,3	161.579,3	10,6%
Resultado Primário	-40.010,2	-40.995,8	2,5%

As despesas com benefícios apresentaram, em novembro, redução de R\$ 82,2 milhões (0,6%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, tais despesas elevaram-se em R\$ 15,4 bilhões (10,6%), atingindo o montante de R\$ 161,6 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 33,85 (5,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-NOV

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,2	21,8	2,8%
Valor médio RGPS**	576,9	610,8	5,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

valores acima do piso; e ii) elevação de 591,0 mil (2,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios dos onze primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 367,9 mil aposentadorias (2,7%), de 144,7 mil pensões por morte (2,4%) e de 76,1 mil benefícios de auxílio-doença (5,3%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

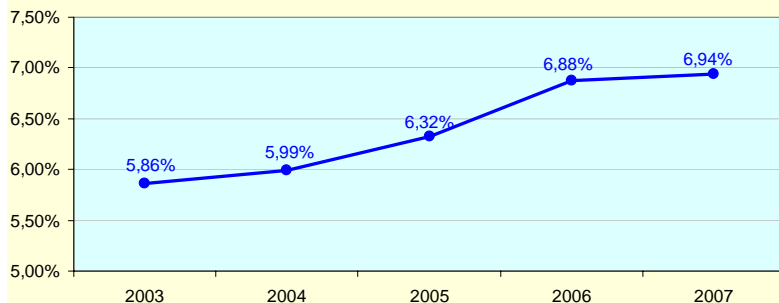
	Em mil benefícios			
	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2007	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	22.040	22.056	21.244	21.835
Previdenciários	21.265	21.284	20.511	21.083
Aposentadorias	13.781	13.831	13.254	13.620
Idade	7.128	7.156	6.792	7.026
Invalidez	2.739	2.746	2.718	2.737
Tempo de contribuição	3.915	3.929	3.744	3.857
Pensão por morte	6.059	6.075	5.851	5.996
Auxílio-Doença	1.338	1.293	1.333	1.388
Salário - maternidade	47	45	41	42
Outros	39	39	33	37
Acidentários	775	773	733	753
Aposentadorias	148	148	146	148
Pensão por morte	129	129	130	129
Auxílio - doença	144	142	101	122
Auxílio - acidente	270	271	269	270
Auxílio - suplementar	83	83	88	84

Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 18,4%, passando de 5,86% do PIB no acumulado de janeiro a novembro de 2003 para 6,94% do PIB no mesmo período em 2007.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,86% do PIB; em 2007, correspondem a 6,94%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,28 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2003-2007 (% do PIB) - acumulado até novembro

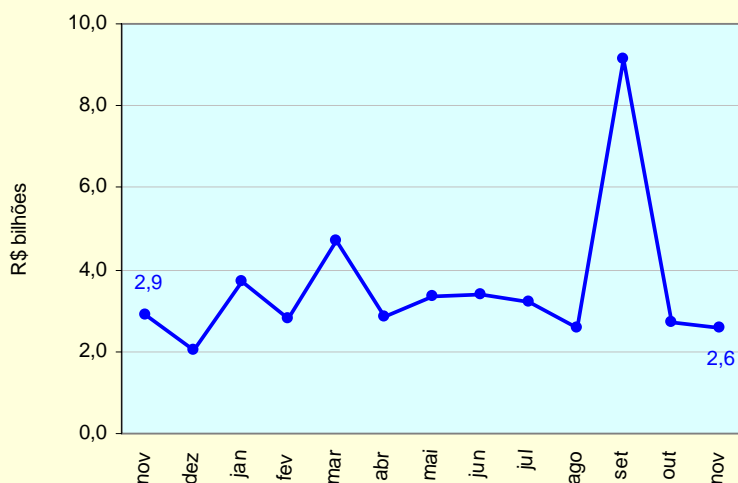
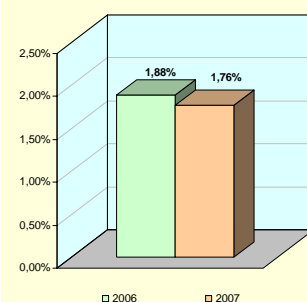

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,18%
Benefícios	6,88%	6,94%
Resultado Primário	-1,88%	-1,76%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao período de janeiro a novembro do ano passado, superando o aumento de 0,06 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,76% do PIB, 0,12 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (1,88%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

BRASIL, 2006/2007


DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, Jan-Nov (% do PIB)


DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 662,8 bilhões, perfazendo o equivalente a 26,1% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve incremento de R\$ 20,7 bilhões, ou 0,7 ponto percentual do PIB, reflexo – principalmente – das emissões líquidas de títulos da DPMFi e da depreciação cambial ocorrida no mês.

Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 662,8 bilhões, o equivalente a 26,1% do PIB acumulado em doze meses.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	453.318	534.260	552.854
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.088.499	1.210.350	1.230.698
Dívida Contratual da STN	-451.851	-478.356	-478.681
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-183.329	-197.735	-199.163
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	143.779	107.804	109.927
Dívida Mobiliária em Poder do Público	112.969	84.157	85.615
Dívida Contratual	31.157	23.955	24.613
Disponibilidades	-348	-308	-300
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	597.097	642.064	662.781
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,8%	25,5%	26,1%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de novembro com saldo de R\$ 552,9 bilhões, equivalentes a 21,8% do PIB. Esse montante superou o saldo observado no mês anterior em R\$ 18,6 bilhões, representando um acréscimo em relação ao PIB de 0,6 ponto percentual. Essa elevação foi provocada, em grande medida, pelo comportamento da DPMFi, em função das emissões líquidas de títulos e da apropriação por competência dos juros nominais.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 18,6 bilhões, explicado em grande medida pelas emissões líquidas de títulos e pela apropriação por competência dos juros nominais no âmbito da DPMFi.

Os haveres contratuais líquidos do Tesouro Nacional, Fundos, Autarquias e Fundações apresentaram crescimento nominal de R\$ 1,8 bilhão, associado crescimento dos haveres contratuais no âmbito da Lei nº 9.496/1997, das operações do FAT e dos fundos regionais. Não obstante o aumento em valores nominais, em relação ao PIB houve redução da ordem 0,1 ponto percentual, devido

à diminuição do saldo da arrecadação a recolher referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês, em R\$ 3,2 bilhões.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	NOV	OUT	NOV
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	453.318	534.260	552.854
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.088.499	1.210.350	1.230.698
LFT	413.695	420.284	420.122
LTN	342.245	295.605	312.835
NTN-B	166.053	241.456	243.701
NTN-C	67.793	65.532	66.211
NTN-D	1.323	1.073	1.110
NTN-F	39.699	129.954	131.125
Demais	34.315	30.856	30.978
Dívida Securitizada	19.261	21.035	20.121
TDA	4.114	4.555	4.494
DÍVIDA CONTRATUAL	-635.181	-676.090	-677.844
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-451.851</i>	<i>-478.356</i>	<i>-478.681</i>
Dívida Bancária	24.061	22.847	22.718
Lei nº 7.976/89	-3.415	-2.116	-2.074
Lei nº 8.727/93	-46.768	-45.196	-45.082
Lei nº 9.496/97	-262.509	-279.507	-281.881
Renegociação Dívidas Municipais	-40.408	-43.205	-43.600
Demais Haveres da STN	-122.812	-131.178	-128.761
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-183.329</i>	<i>-197.735</i>	<i>-199.163</i>
FAT	-128.851	-135.611	-136.296
Demais Entidades	-54.478	-62.124	-62.867
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	47,0%	48,0%	48,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-27,4%	-26,8%	-26,7%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-19,5%	-19,0%	-18,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	19,6%	21,2%	21,8%

A Dívida Interna Líquida passou de R\$ 534,3 bilhões em outubro para R\$ 552,9 bilhões em novembro.

Em novembro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 29,7 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 21,2 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 8,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 28,8 bilhões, sendo: i) R\$ 18,9 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2008 e janeiro de 2009 e 2010; ii) R\$ 6,0 bilhões em NTN-B, com vencimentos de novembro de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 3,3 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2011 e 2013; e iv) R\$ 614,9 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 893,4 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 741,9 milhões em LTN em permuta por títulos da dívida agrícola; ii) R\$ 73,0 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos

Emissões e Resgates

credores; iii) R\$ 51,2 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iv) R\$ 27,3 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, NOV/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	28.761,6	893,3	38,0	29.693,0
LFT	3.286,0	0,0	5,1	3.291,1
LTN	18.883,1	741,9	13,5	19.638,5
NTN-B	5.977,5	0,0	13,4	5.990,9
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	614,9	0,0	6,0	620,9
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	73,0	0,0	73,0
Demais	0,0	78,5	0,0	78,5
II. RESGATES**	18.949,9	2.178,2	40,2	21.168,2
LFT	6.595,6	430,7	10,4	7.036,7
LTN	5.444,4	0,0	11,0	5.455,4
NTN-B	6.084,6	115,3	12,9	6.212,8
NTN-C	270,4	0,0	0,6	271,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	554,9	0,0	5,2	560,1
TDA	0,0	79,3	0,0	79,3
Securitizada*	0,0	1.100,8	0,0	1.100,8
Demais	0,0	452,1	0,0	452,1
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	9.811,7	-1.284,8	-2,1	8.524,8

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

No mês, as emissões líquidas da DPMFi totalizaram R\$ 8,5 bilhões.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em novembro, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 38,0 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, com 35,42% do montante vendido, seguido pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 35,27%, e pela NTN-F, com 15,81%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados em 2007 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 725,8 milhões e 27.380 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 3.431 novos investidores, totalizando 100.578 pessoas desde o início do programa, o que representa um aumento de 40,45% nos últimos 12 meses.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 38,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 13,5 milhões em LTN com vencimentos de julho de 2008 a janeiro de 2010; ii) R\$ 13,4 milhões em NTN-B com vencimentos de maio de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 6,0 milhões em NTN-F com vencimentos de janeiro de 2010 a janeiro de 2017; e iv) R\$ 5,1 milhões em LFT com vencimentos em março de 2011 e 2013.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em novembro, atingiu R\$ 21,2 bilhões, sendo R\$ 12,4 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 8,8 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,0 bilhões em LTN e R\$ 36,2 milhões em NTN-F, todas aceitas no leilão de troca de LTN; ii) R\$ 1,8 bilhão em LFT, R\$ 1,3 bilhão em NTN-B e R\$ 270,4 milhões em NTN-C, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; iii) R\$ 1,6 bilhão em LFT aceitas no leilão de troca desse título; e iv) R\$ 741,7 milhões em títulos da dívida agrícola aceitos em permuta por LTN.

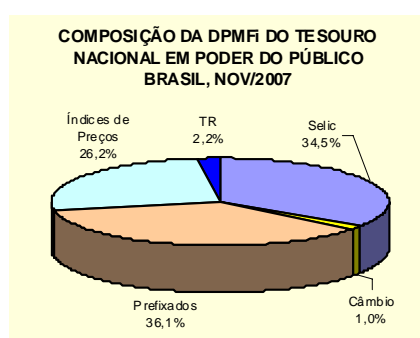
Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 0,89 ponto percentual na participação de títulos prefixados (LTN e NTN-F) devido à emissão líquida de R\$ 14,2 bilhões desses títulos. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic reduziu 0,70 ponto percentual devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 3,7 bilhões.

Composição

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2006/2007 (%)

INDEXADOR	2006		2007
	NOV	OUT	NOV
Selic	38,59	35,20	34,50
Câmbio	1,31	0,95	0,96
Prefixados	35,15	35,19	36,07
Índices de Preços	22,76	26,47	26,24
TR	2,19	2,19	2,22

* Não inclui dívida agrícola.



Em novembro, o estoque dos títulos prefixados correspondeu a 36,07% da DPMFi.

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 12,00% a.a., em outubro, para 13,02% a.a., em novembro devido à: i) apreciação do dólar americano frente ao real (2,28%, em novembro, contra depreciação de 5,16% em outubro); e ii) maior variação do IPCA (0,38%, em novembro, contra 0,30% em outubro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi aumentou de 12,73% a.a., em outubro, para 12,77% a.a., em novembro.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007 (% anual)

PERÍODO		TOTAL	
		(1)	(2)
2006	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	Ago	13,24	13,74
	Set	12,98	11,89
	Out	12,73	12,00
	Nov	12,77	13,02

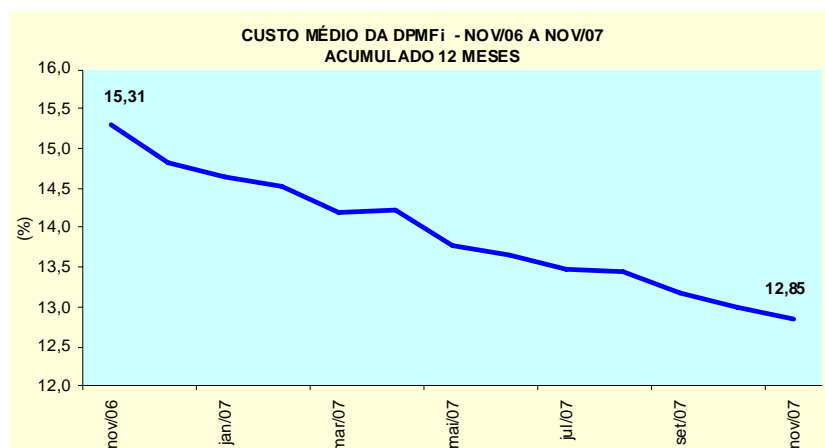
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público totalizou 13,02% a.a. em novembro.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu de 13,00% a.a., em outubro, para 12,85% a.a., em novembro, principalmente em

virtude da redução da taxa Selic (0,84%, em novembro de 2007, contra 1,02%, no mesmo mês do ano anterior).

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 12,85% a.a., apresentando redução de 0,15 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação a outubro, o prazo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se em 0,41 mês.

Em novembro, o prazo médio da DPMFi reduziu-se 0,41 mês, passando de 36,74 meses para 36,33 meses. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à redução do prazo médio dos títulos prefixados e remunerados pela taxa Selic. A vida média da DPMFi também apresentou redução, passando de 55,87 meses, em outubro, para 55,04 meses, em novembro.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

TÍTULOS	Meses		
	2006 NOV	2007 OUT	2007 NOV
LFT	22,09	25,58	25,29
LTN	9,82	10,18	9,85
NTN-B	58,46	67,53	68,37
NTN-C	78,21	82,06	81,38
NTN-D	17,78	8,29	7,29
TDA	60,20	55,68	55,53
Dívida Securitizada*	85,60	85,48	88,48
Demais	63,40	45,56	44,92
TOTAL	30,96	36,74	36,33

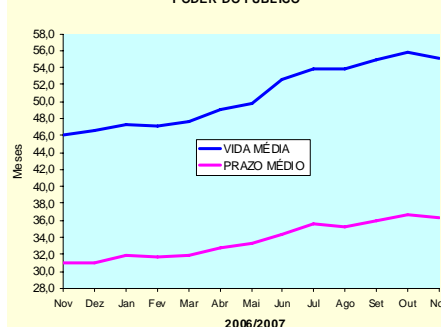
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006	Nov	46,11	26,56
	Dez	46,55	26,72
2007	Jan	47,35	27,64
	Fev	47,16	27,42
	Mar	47,62	27,75
	Abr	48,99	28,72
	Mai	49,77	29,50
	Jun	52,52	30,66
	Jul	53,84	31,88
	Ago	53,77	31,58
	Set	54,83	32,56
	Out	55,87	33,43
	Nov	55,04	34,20

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de novembro de 2007 com saldo de R\$ 109,9 bilhões, o que representou um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões em relação a outubro, mantendo-se estável em relação ao PIB na faixa de 4,2%. O acréscimo no saldo deveu-se,

principalmente, à depreciação da moeda nacional frente às demais que compõem a DPFe. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de US\$ 185,2 milhões, em razão – principalmente – do cancelamento dos títulos recomprados no quinto bimestre por meio do Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	112.969	84.157	85.615
Bônus de Renegociação	476	328	337
Bônus de Captação	112.493	83.829	85.278
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.157	23.955	24.613
Organismos Multilaterais	24.999,6	19.977,3	20.485,7
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.157,7	3.977,9	4.127,2
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	144.127	108.112	110.228
III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-348	-308	-300
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)	143.779	107.804	109.927
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,1%	4,2%	4,2%

(*) Apropriada por competência os juros nominais.

Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 109,9 bilhões, superando em R\$ 2,1 bilhões o saldo registrado em outubro. Tal crescimento é explicado basicamente pela depreciação cambial ocorrida no mês.

No mês, foram cancelados no âmbito do Programa de Resgate Antecipado o equivalente a R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 864,4 milhões em principal e R\$ 244,8 milhões em juro, ágio e encargos. Os demais pagamentos referentes ao serviço da DPFe totalizaram R\$ 561,8 milhões, sendo R\$ 396,4 milhões referentes ao pagamento de principal e R\$ 165,3 milhões ao pagamento de juros e encargos.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, NOV/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.029,7	641,2	1.670,9
I.1. Organismos Multilaterais	123,5	125,5	249,1
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	41,8	6,6	48,4
I.3. Dívida Mobilizável²	864,4	509,1	1.373,5
Pagamento Normal	0,0	264,2	264,2
Global 2027	0,0	264,2	264,2
Recompras STN	864,4	244,8	1.109,3
Global A-Bond	219,4	30,8	250,2
Global 2010	14,6	2,2	16,8
Global 2011	21,4	4,1	25,5
Global 2012	28,2	6,8	35,0
Global 2013	8,9	2,4	11,3
Global 2014	212,6	61,8	274,5
Global 2015	62,4	8,9	71,3
Global 2019	84,7	22,8	107,5
Global 2020	48,8	30,8	79,6
Global 2024	28,9	8,8	37,7
Global 2025	10,0	3,2	13,2
Global 2027	42,7	21,0	63,7
Global 2030	37,5	28,2	65,7
Global 2034	44,3	13,1	57,3

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

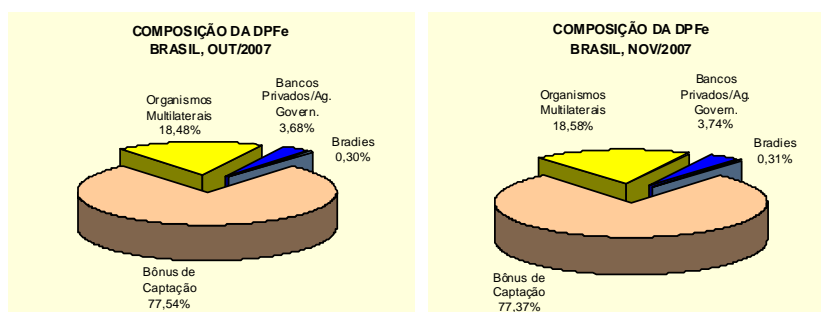
(2) Inclui recompras.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,7 bilhão no mês.

Composição

A composição da DPFe permaneceu praticamente estável em novembro, com discreta redução na participação dos Bônus de Captação, principalmente em decorrência do cancelamento dos títulos recomprados no quinto bimestre, no âmbito do Programa de Resgate Antecipado.

Em novembro, os bônus de captação responderam por 77,37% da Dívida Pública Federal externa, seguidos pelas obrigações junto a organismos multilaterais, responsáveis por 18,58%.



Custo e Prazo Médios

O prazo médio da DPFe passou de 6,30 anos, em outubro, para 6,23 anos, em novembro. Uma vez que não houve emissão de títulos no mercado

externo durante o mês de novembro, esta diminuição é resultado natural da aproximação dos vencimentos. A vida média também reduziu-se, ao passar de 13,99 anos, em outubro, para 13,90 anos, em novembro.

O custo médio da dívida mobiliária externa acumulado em 12 meses encerrou o mês de novembro de 2007 em -4,93%, reflexo da depreciação das moedas que compõem a dívida externa frente à moeda nacional no período em questão.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	NOV	OUT	NOV	NOV
PRAZO MÉDIO (1)	6,07	6,30	6,23	6,23
Bônus de Renegociação	3,15	2,85	2,77	2,77
Bônus de Captação	6,09	6,31	6,25	6,25
Globais	6,68	6,69	6,65	6,65
Euros	3,49	3,59	3,50	3,50
Reais	5,97	6,96	6,88	6,88
Demais	0,47	-	-	-
VIDA MÉDIA (2)	13,85	13,99	13,90	13,90
Bônus de Renegociação	6,79	5,87	5,86	5,86
Bônus de Captação	13,91	14,02	13,93	13,93
Globais	16,05	15,66	15,62	15,62
Euros	11,45	4,54	4,46	4,46
Reais		14,39	14,31	14,31
Demais	0,60	-	-	-
CUSTO MÉDIO (3)	11,45	(5,39)	(4,93)	(4,93)
Bônus de Renegociação	3,83	(13,77)	(12,77)	(12,77)
Bônus de Captação	11,78	(5,36)	(4,90)	(4,90)
Globais	8,86	(10,15)	(9,13)	(9,13)
Euros	20,90	0,54	(0,52)	(0,52)
Reais	13,10	12,27	12,17	12,17
Demais	12,36	-	-	-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em novembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa reduziu-se para 6,23 anos. Na ausência de emissões no mês, essa redução é explicada basicamente pela aproximação do vencimento dos títulos no estoque.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

Tabela A6 – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Novembro 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Novembro 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Novembro 2006/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. RECEITA TOTAL	42.754,6	57.649,4	52.086,5	43.203,1	47.712,6	54.987,1	48.241,9	49.433,2	50.874,9	48.673,0	49.294,9	54.692,0	52.552,1
I.1. Receitas do Tesouro	32.144,3	40.074,7	42.552,2	32.632,1	37.043,0	44.277,9	37.301,7	38.405,3	39.608,0	36.891,7	37.834,8	42.886,6	40.627,7
I.1.1. Receita Bruta	33.406,2	41.495,4	43.111,8	32.739,2	37.416,3	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0
- Impostos	13.823,3	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0
- Contribuições	16.394,2	17.294,4	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9
- Demais ¹	3.188,7	3.214,9	6.898,5	2.825,0	4.257,6	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.261,8	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0	11.392,6	11.711,9	11.763,4
I.3. Receitas do Banco Central	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3	67,5	93,5	161,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2	7.896,9	8.123,3	9.551,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0
II.4. Demais	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	33.397,3	48.363,7	43.953,0	34.310,3	40.063,8	46.416,7	38.818,2	39.755,2	43.141,8	40.185,8	41.398,0	46.568,7	43.000,7
IV. DESPESA TOTAL	33.733,9	54.153,9	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.094,4	34.485,0	34.556,8	37.972,0	36.522,2	41.359,3	36.690,7	38.581,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	9.272,1	13.016,5	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0	8.962,2	9.015,0	10.024,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4	20.550,4	14.406,3	14.324,1
IV.3. Custeio e Capital	10.922,0	21.359,0	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.939,5	11.446,2	11.031,8	12.298,8	13.362,0	11.678,2	13.071,8	13.983,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.710,5
- Abono e Seguro Desemprego	890,3	1.665,3	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5
- Demais Despesas do FAT	134,9	142,3	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5	0,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	645,8	3.660,4	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.102,3
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	194,4	206,8	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	278,6	167,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.215,8	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.313,6	8.329,5	7.634,9	8.118,7	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.986,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1	11,1	38,6	64,6
IV.5. Despesas do Banco Central	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7	157,4	159,1	184,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-336,7	-5.790,2	11.555,8	3.500,0	3.864,4	14.322,3	4.333,2	5.198,4	5.169,9	3.663,5	38,7	9.878,0	4.419,3
V.1. Tesouro Nacional	2.520,2	-3.698,3	15.310,5	6.314,5	8.588,1	17.271,6	7.721,7	8.653,4	8.459,8	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.003,1
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6
V.3. Banco Central ⁶	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4	101,0	23,8	0,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	179,5	-29,3	151,7	-1.098,9	-209,4	383,7	774,4	141,4	-376,3	-523,2	672,1	115,9	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	3.445,7	811,8	10.017,7	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	-8.118,2	-8.806,4	-10.276,6	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	-4.672,5	-7.994,6	-259,0	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0
RMV ⁴	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.800,8
I.1 - Recolhimento Bruto	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.294,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	200,1
I.5 - Receita do Salário Educação	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.084,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6
II. DESPESAS	60.035,7	58.705,9	51.289,0	45.617,3	52.299,6	47.554,0	60.092,8	56.541,9	56.193,4	48.257,2	59.502,1	48.902,1	60.823,1
II.1 - Liberações Vinculadas	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8
II.1.4 - Outras Vinculações	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2
II.2 - Liberações Ordinárias	49.284,4	48.041,4	41.723,8	35.552,8	43.756,0	37.274,2	49.052,2	45.073,4	46.863,1	38.120,4	49.681,5	39.097,6	49.414,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.757,7	10.131,4	10.851,7	9.490,6	10.603,8	9.262,7	9.330,4	11.788,1	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.540,7	13.743,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1
i) Dívida Contratual Interna	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2
ii) Dívida Contratual Externa	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.131,6	14.660,3	4.827,6	6.593,8	8.111,6	7.256,4	13.499,3	8.567,2	8.231,3	8.967,5	9.538,5	9.529,2	11.230,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	591,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-9.949,5	8.024,9	-10.099,2	3.090,3	-4.007,5	6.309,9	-7.400,4	-4.429,6	-6.039,3	5.196,3	-6.523,2	4.400,0	-2.022,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3
V. DESPESAS	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0
V.1.2 - Dívida Contratual	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	7.811,5	38.616,5	-13.194,2	35.292,8	4.592,8	3.068,0	21.542,9	19.609,6	-35.402,4	16.974,2	6.112,6	29.979,7	12.975,3

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1
I.1. Emissão de Títulos	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0
II.1. Resgate de Títulos	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0
III. RESULTADO (I - II)	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2
IV. PRONAF	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0
V. PROEX	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6
VII. CACAU	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6
XIII. TOTAL	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. DÍVIDA INTERNA	453.317,8	467.600,2	443.791,0	478.537,5	498.632,7	506.660,5	533.673,1	552.298,0	519.681,0	536.505,5	542.771,4	534.260,0	552.854,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4	1.210.350,4	1.230.697,5
Dívida Bancária	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3	23.106,8	22.988,8	22.846,5	22.717,6
INSS	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6	-18.359,2	-18.614,4	-18.832,2	-18.973,5
Lei 7.976/89	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5	-2.362,4	-2.237,8	-2.116,0	-2.074,3
Bônus Renegociação	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2	-8.750,6	-8.223,8	-7.475,8	-7.581,7
Lei 8.727/93	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8	-45.449,8	-45.330,4	-45.196,1	-45.081,8
Lei 9.496/97	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4	-272.293,2	-276.486,2	-279.507,4	-281.881,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3	-42.355,8	-43.149,3	-43.204,6	-43.600,1
Recebíveis das Estatais	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.307,0	-37.688,4	-37.949,9	-37.426,1	-37.746,7
Outros	-41.720,8	-41.861,5	-41.897,7	-41.325,6	-41.320,4	-41.529,4	-40.634,0	-40.551,2	-40.628,6	-40.658,9	-41.672,3	-41.985,7	-42.160,2
Fat	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9	-136.296,4
Demais Entidades	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.112,0	-60.243,7	-61.486,5	-62.123,7	-62.866,5
Créditos das Operações Oficiais	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1	-12.838,5	-12.517,3	-12.104,3	-12.112,9
Arrecadação a Recolher	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.186,0	-9.345,0	-8.714,0	-13.354,0	-10.186,3
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2
Dívida Mobiliária	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8
Dívida Contratual	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8
Disponibilidades	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	597.096,6	610.808,7	584.041,3	618.592,7	633.977,1	640.847,7	658.797,9	678.473,9	637.699,8	659.398,1	657.569,3	642.063,5	662.781,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,8%	26,2%	24,8%	26,1%	26,6%	26,6%	27,1%	27,7%	25,8%	26,5%	26,3%	25,5%	26,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0	87.340,8	81.989,1	83.021,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0	395,0	342,8	325,1	332,5
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	109.314,6	108.569,3	107.070,6	107.193,0	103.636,7	103.164,5	95.553,9	96.264,0	89.785,2	93.316,0	86.998,0	81.664,0	82.688,9
A-Bond	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8	8.196,4	7.353,0	6.973,5	6.912,9
Euro 2007	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9	1.619,9	1.588,7	-	-
Euro 2009	814,3	799,0	725,2	735,4	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0	701,8	688,2	661,3	687,4
Euro 2010	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3	1.133,1	1.111,3	1.067,7	1.109,9
Euro 2011	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8	2.620,4
Euro 2012	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7	2.520,8	2.620,4
Euro 2015	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6	2.140,1	2.098,9	2.016,6	2.096,3
Eurolibra 2007	600,6	591,1	586,8	585,6	568,0	572,8	537,8	544,6	-	-	-	-	-
Euroaira 2017	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2	1.036,2	1.016,2	976,4	1.015,0
Global 2007	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-	-	-	-	-
Global 2008	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.922,2	3.053,6	2.862,0	2.714,3	2.776,1	2.776,1
Global 2009	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.701,0	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3	2.474,8	2.319,5	2.199,8	2.249,9
Global 2010	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.946,4	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4	2.568,9	2.380,1	2.257,3	2.294,0
Global 2011	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1	1.395,1	1.247,8	1.183,4	1.188,9
Global 2012	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7	1.857,6	1.665,1	1.579,2	1.586,9
Global 2013	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0	2.270,7	1.920,5	1.821,3	1.853,9
Global 2014	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.485,9	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7	1.938,1	1.708,0	1.619,8	1.444,1
Global 2015	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3	3.614,8	3.364,1	3.190,4	3.200,6
Global 2017	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5	3.922,3	3.676,2	3.486,5	3.565,8
Global 2019	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8	2.776,2	2.574,5	2.441,6	2.497,2
Global 2020	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3	1.411,0	1.322,5	1.254,2	1.234,0
Global 2024	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4	5.195,9	4.765,4	4.519,5	4.593,5
Global 2025	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1	3.748,4	3.443,4	3.265,7	3.330,0
Global 2027	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9	5.834,9	5.428,4	5.148,2	5.222,7
Global 2030	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4	1.765,3	1.645,4	1.560,5	1.558,4
Global 2034	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9	4.804,5	4.493,9	4.262,0	4.314,8
Global 2037	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0	4.882,1	4.575,7	4.339,6	4.438,4
Global 2040	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8	8.556,9	7.451,8	7.067,2	7.228,1
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028				1.500,0	2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	945,2	927,5	909,2	922,0	900,7	913,1	853,7	857,5	845,0	879,8	862,8	829,0	861,8
Samurai 2007	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1	-	-	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6	25.058,1	23.694,2	24.377,8
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2	112.113,4	105.375,0	107.098,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,1%	6,0%	5,8%	5,8%	5,5%	5,4%	5,0%	5,0%	4,7%	4,8%	4,5%	4,2%	4,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6	98.417,5	99.681,9	91.999,5	95.664,4	89.385,2	83.829,0	85.278,0
A-Bond	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7	8.280,2	7.477,2	7.137,8	7.121,8
Euro 2007	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4	1.759,3	1.738,0	-	-
Euro 2009	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7	735,2	727,6	705,4	739,9
Euro 2010	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2	1.204,8	1.191,8	1.154,8	1.210,7
Euro 2011	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4	2.828,4	2.794,8	2.705,1	2.832,8
Euro 2012	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7	2.887,9	2.628,0	2.542,8	2.661,9
Euro 2015	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.262,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6	2.231,3	2.201,3	2.127,3	2.224,3
Eurolibra 2007	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-	-	-	-	-
Eurolíra 2017	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9	1.056,8	1.045,7	1.013,7	1.063,0
Global 2007	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-	-	-	-	-
Global 2008	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0	3.186,9	2.949,6	2.740,8	2.826,7
Global 2009	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7	2.592,5	2.443,5	2.215,2	2.289,7
Global 2010	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9	2.664,3	2.488,8	2.264,7	2.321,1
Global 2011	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6	1.404,4	1.266,5	1.211,0	1.226,6
Global 2012	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6	1.886,0	1.705,8	1.632,3	1.654,8
Global 2013	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3	2.318,6	1.977,3	1.890,8	1.940,5
Global 2014	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9	1.964,6	1.746,3	1.670,4	1.501,8
Global 2015	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8	3.568,2	3.752,3	3.381,7	3.228,1	3.259,5
Global 2017	3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3	3.951,0	3.721,5	3.546,9	3.645,5
Global 2019	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9	2.870,0	2.680,5	2.451,8	2.526,1
Global 2020	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0	1.434,0	1.358,1	1.301,3	1.293,4
Global 2024	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3	5.370,1	4.960,4	4.537,3	4.645,6
Global 2025	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4	3.773,0	3.491,1	3.334,7	3.424,7
Global 2027	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3	6.008,9	5.636,0	5.388,6	5.246,2
Global 2030	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8	1.870,5	1.659,4	1.589,7	1.603,5
Global 2034	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5	4.849,7	4.567,1	4.360,7	4.444,4
Global 2037	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2	4.921,7	4.640,0	4.426,3	4.553,5
Global 2040	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3	8.593,5	7.552,0	7.227,1	7.457,9
Global BRL 2016	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4
Global BRL 2022	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1
Global BRL 2028	-	-	-	1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1	3.842,5	3.874,8	3.907,2	3.939,6
Marco Alemão 2007	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1	901,7	889,3	859,3	898,3
Samurai 2007	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,1%	6,0%	5,9%	5,7%	5,6%	5,1%	5,1%	4,8%	4,9%	4,6%	4,3%	4,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5	1.497.719,7	1.523.150,4	1.493.201,9	1.515.985,0	1.530.509,7	1.563.721,6	1.586.050,8
I. Dívida em Mercado	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4	1.210.350,4	1.230.697,5
Dívida Securitizada	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9
TDA	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6	4.467,7	4.495,2	4.554,6	4.493,5
LTN	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8	314.723,3	320.842,8	295.605,5	312.834,7
LFT	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6	413.923,0	405.098,1	420.284,3	420.122,5
LFT-A	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4	3.765,5	3.747,1	3.732,7	3.714,6
LFT-B	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9	822,9	781,8	740,8	710,3
NTN-A	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3	8.618,1	8.077,8	7.531,3	7.729,4
NTN-B	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4	224.630,5	236.308,3	241.456,2	243.700,7
NTN-C	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2	64.554,2	65.380,1	65.532,3	66.211,5
NTN-D	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2	1.171,3	1.113,6	1.072,7	1.110,4
NTN-F	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4	122.177,3	125.484,3	129.953,5	131.124,8
NTN-I	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7	1.482,7	1.427,3	1.379,9	1.400,0
NTN-P	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0	3.426,1	3.443,9	3.464,6	3.483,4
CFT-A	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5	8.439,6	8.479,5	7.897,0	7.738,6
CFT-D	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2	1.646,2	1.536,1	1.450,4	1.476,8
Demais	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1	4.506,7	4.592,8	4.659,2	4.725,4
II. Dívida com BACEN	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.094,0	312.749,2	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.371,2	355.353,3
LTN	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4
LFT	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0
NTN-D	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0	5.967,4	5.656,2	5.431,2	5.607,1
Demais	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8	91.636,2	92.404,4	120.040,1	119.604,7
Dívida em Mercado/PIB	47,0%	47,2%	46,6%	47,7%	48,2%	48,2%	48,7%	49,4%	47,9%	48,2%	48,4%	48,0%	48,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/2006	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2007
I. INTERNA	-183.329,4	-184.302,3	-187.877,5	-189.402,2	-190.488,6	-191.216,0	-192.775,5	-193.445,4	-195.646,7	-196.595,2	-197.411,4	-197.734,7	-199.162,9
Dívida contratual	215,7	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5	179,9	173,6	158,0	161,6
FAT	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9	-135.610,9	-136.296,4
Aplicações financeiras	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9	-4.965,9	-5.009,5	-5.072,4	-5.123,6
Fundos Regionais	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.293,3	-36.769,5	-37.166,0	-37.489,4	-37.971,6
Demais	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3	-18.688,2	-19.484,6	-19.720,0	-19.932,9
II. EXTERNA	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5
Disponibilidades	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5	-308,3	-300,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-183.677,1	-184.548,7	-188.156,7	-189.689,9	-190.768,2	-191.501,5	-193.030,5	-193.708,5	-195.904,6	-196.889,6	-197.696,9	-198.043,0	-199.463,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	969.424	650.776	551.558	545.473	124.528	670.001	972.563	799.316	642.071	480.347	478.836	55.045	533.881
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.923	2.702	2.614	2.614	42	2.655	2.496	2.496	2.231	2.149	2.149	8	2.157
Advocacia-Geral da União	82.373	77.120	68.995	59.123	16.169	75.292	120.605	118.571	102.240	81.941	81.686	6.337	88.024
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	788.617	592.126	493.925	462.903	78.304	541.207	949.593	796.688	687.797	562.240	541.372	78.472	619.844
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095	1.715.805	1.496.141	1.301.521	289.507	1.591.028	2.743.511	2.403.659	2.116.680	1.706.183	1.463.207	380.867	1.844.075
Ministério da Fazenda	1.942.423	1.599.163	1.516.252	1.511.775	54.681	1.566.456	2.373.993	2.237.586	1.983.017	1.817.027	1.788.050	146.013	1.934.062
Ministério da Educação	6.908.013	5.924.231	4.806.178	4.553.269	833.738	5.387.007	8.139.811	7.991.815	6.376.225	5.115.673	4.978.102	1.057.148	6.035.250
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	461.652	394.150	370.555	369.923	20.551	390.474	544.868	525.882	480.340	397.502	397.117	21.926	419.043
Ministério da Justiça	897.721	685.817	608.344	602.396	133.734	736.130	1.206.383	1.171.617	1.003.946	803.685	795.057	74.898	869.955
Ministério de Minas e Energia	515.248	315.740	250.606	248.901	50.917	299.818	595.113	496.372	381.065	289.510	282.927	62.042	344.969
Ministério da Previdência Social	897.844	732.431	646.714	636.369	104.441	740.810	1.410.580	1.324.592	1.273.644	1.121.501	1.093.668	75.273	1.168.940
Ministério das Relações Exteriores	880.976	540.636	517.179	516.169	86.931	603.100	951.943	901.510	698.138	672.083	671.871	19.510	691.381
Ministério da Saúde	33.654.853	30.441.343	28.114.416	27.994.309	1.304.244	29.298.553	36.798.624	36.381.556	33.407.302	28.367.460	28.280.051	1.983.837	30.263.888
Ministério do Trabalho e Emprego	783.067	457.235	374.015	373.480	102.940	476.421	840.121	761.200	655.125	551.846	548.797	39.266	588.063
Ministério dos Transportes	854.073	413.702	330.922	328.133	66.291	394.424	788.677	736.745	465.456	329.837	301.276	121.684	422.960
Ministério das Comunicações	353.788	242.487	191.103	190.962	30.956	221.918	436.465	343.281	281.713	214.681	214.356	25.156	239.512
Ministério da Cultura	398.632	266.117	179.132	166.484	93.246	259.730	412.648	385.926	221.563	158.731	157.049	82.684	239.733
Ministério do Meio Ambiente	424.538	323.939	270.861	267.055	56.569	323.624	633.691	522.424	447.019	317.241	314.868	40.519	355.386
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	557.139	427.655	302.162	295.836	67.546	363.382	899.144	718.209	664.824	569.945	567.595	49.717	617.312
Ministério do Desenvolvimento Agrário	661.031	521.202	387.389	382.584	93.924	476.508	722.197	657.808	480.684	355.605	352.277	87.000	439.277
Ministério do Esporte	412.566	239.587	125.034	123.949	54.976	178.926	438.708	369.426	330.135	203.419	203.388	121.332	324.721
Ministério da Defesa	3.962.797	3.154.406	2.444.596	2.331.107	475.519	2.806.626	4.475.008	4.413.354	3.776.862	2.941.035	2.822.927	574.384	3.397.311
Ministério da Integração Nacional	299.105	186.979	136.730	130.206	60.839	191.045	287.844	206.816	140.755	100.235	99.250	51.567	150.817
Ministério do Turismo	357.813	252.452	213.892	213.670	41.526	255.196	469.464	389.466	290.947	184.889	184.738	36.622	221.361
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.232.722	8.625.272	8.333.430	8.327.307	85.740	8.413.048	10.976.632	10.906.738	10.513.833	9.622.048	9.606.012	119.714	9.725.726
Ministério das Cidades	403.542	301.155	237.899	228.106	52.383	280.489	434.581	389.477	276.338	230.954	204.842	67.135	271.978
Encargos Financeiros da União	340.786	279.820	241.350	235.232	29.809	265.041	390.300	379.739	303.729	258.225	256.695	36.615	293.311
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650	44.753	44.744	44.744		44.744							-
Operações Oficiais de Crédito	56.672	53.664	33.790	30.873		30.873							-
TOTAL	70.452.083	59.462.467	53.290.526	52.474.473	4.430.161	56.904.634	79.192.081	76.446.850	68.098.833	57.546.509	56.778.679	5.421.962	62.200.642

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	114.775	45.241	17.714	17.517	41.859	59.376	678.266	448.680	181.993	104.815	102.075	41.360	143.435
Gabinete da Vice-Presidência da República	1	0	0	0	-	0	104	103	73	59	59	-	59
Advocacia-Geral da União	2.927	1.716	534	459	4.004	4.463	10.195	10.195	4.561	2.138	1.941	1.444	3.385
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.449	160.224	46.881	16.269	158.514	174.782	525.501	314.711	155.651	37.709	30.046	212.115	242.162
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.009.145	458.622	263.581	191.775	138.421	330.196	1.019.192	1.025.260	562.657	291.690	220.637	384.635	605.273
Ministério da Fazenda ³	393.281	156.493	32.887	32.407	108.947	141.354	208.323	128.180	50.500	23.877	23.341	189.342	212.682
Ministério da Educação	1.178.181	496.953	205.359	192.243	575.650	767.893	1.696.206	1.153.694	646.938	310.786	296.819	666.611	963.430
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	93.856	25.835	6.215	6.131	20.497	26.628	209.757	161.343	134.919	8.870	8.839	36.592	45.431
Ministério da Justiça	583.581	195.421	56.392	55.606	219.280	274.886	800.886	561.358	414.828	103.061	101.893	239.880	341.772
Ministério de Minas e Energia	49.523	16.749	9.073	8.676	3.346	12.022	48.918	34.052	16.977	6.895	6.565	8.012	14.577
Ministério da Previdência Social	292.164	42.540	7.989	4.380	52.501	56.881	83.300	37.492	25.419	8.204	7.770	74.098	81.868
Ministério das Relações Exteriores	39.506	12.235	9.175	9.168	2.902	12.070	42.159	24.541	12.084	11.340	11.333	6.135	17.468
Ministério da Saúde	3.337.186	1.476.626	324.826	284.865	1.074.971	1.359.836	3.820.958	1.755.146	697.693	208.534	205.828	1.213.672	1.419.500
Ministério do Trabalho e Emprego	22.546	6.575	4.033	4.031	7.929	11.960	64.486	43.784	43.749	25.018	25.013	6.145	31.158
Ministério dos Transportes	4.792.800	3.235.146	1.104.393	879.672	2.252.410	3.132.082	6.158.265	5.685.072	3.993.062	1.755.449	1.505.803	1.911.788	3.417.592
Ministério das Comunicações	109.961	10.748	6.164	2.671	21.191	23.862	84.495	71.708	12.159	9.365	9.365	10.502	19.867
Ministério da Cultura	135.400	80.351	16.941	14.465	26.647	41.112	241.999	136.119	68.711	23.425	23.300	61.703	85.003
Ministério do Meio Ambiente	94.119	26.385	7.341	5.837	26.242	32.078	68.424	41.687	12.692	3.207	3.180	33.258	36.437
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	64.697	38.123	21.949	15.015	7.350	22.365	52.978	43.329	28.055	1.532	1.269	17.364	18.633
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.673.434	1.227.035	919.330	908.965	143.914	1.052.879	1.841.588	1.683.434	1.329.952	855.065	853.907	235.304	1.089.211
Ministério do Esporte	471.678	297.003	7.585	7.581	102.643	110.224	464.701	291.575	225.475	28.303	28.303	213.154	241.457
Ministério da Defesa	1.973.642	1.050.972	459.091	438.139	444.791	882.930	2.544.589	2.179.072	1.432.994	710.987	685.068	467.693	1.152.761
Ministério da Integração Nacional	1.813.486	693.013	186.954	127.171	531.550	658.721	1.756.390	982.131	539.086	73.198	73.052	604.317	677.369
Ministério do Turismo	885.069	376.125	18.167	18.166	146.720	164.887	1.334.598	763.256	533.047	9.408	8.449	309.142	317.591
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	210.095	108.289	57.516	57.484	21.690	79.174	235.512	137.439	91.462	15.184	15.184	50.045	65.230
Ministério das Cidades	2.288.351	843.666	42.587	42.179	574.509	616.688	3.145.955	1.850.338	880.090	49.103	37.139	731.289	768.428
TOTAL	22.071.854	11.082.086	3.832.676	3.340.872	6.708.478	10.049.350	27.137.744	19.563.699	12.094.827	4.677.221	4.286.179	7.725.598	12.011.778

Dados preliminares.

* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui "Encargos Financeiros da União".

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ NOVEMBRO 2006/2007 *

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	122.564.800	8.672.227	4.949.340	4.897.404	5.609.165	10.506.568	114.625.000	9.392.533	6.169.553	6.121.539	19.433.532	25.555.071
Senado Federal	102.823.560	28.226.318	10.065.438	10.065.438	9.177.631	19.243.069	127.145.615	19.022.879	9.646.693	9.517.273	16.875.543	26.392.816
Tribunal de Contas da União	39.082.458	6.665.701	4.289.839	4.289.796	1.612.705	5.902.502	35.146.711	17.790.223	3.481.347	3.478.516	3.607.995	7.086.511
Supremo Tribunal Federal	23.457.146	3.477.168	1.710.072	1.672.647	15.945.728	17.618.375	80.109.308	49.412.222	20.111.690	20.111.690	22.028.331	42.140.021
Superior Tribunal de Justiça	13.405.200	2.567.509	943.750	943.750	6.972.788	7.916.538	19.199.577	7.036.047	3.154.597	3.152.358	3.660.955	6.813.313
Justiça Federal	241.701.500	175.097.291	113.099.369	112.849.881	94.591.593	207.441.475	276.014.840	185.052.019	134.544.463	134.065.725	135.127.584	269.193.309
Justiça Militar	6.045.680	2.184.370	1.382.050	1.350.970	1.588.630	2.939.601	7.585.231	1.264.378	996.994	995.517	2.119.930	3.115.447
Justiça Eleitoral	158.400.452	83.699.484	62.369.468	62.068.087	72.447.591	134.515.677	198.846.910	117.971.054	62.199.100	61.201.783	54.385.294	115.587.076
Justiça do Trabalho	204.067.890	97.032.706	52.541.297	46.869.224	139.220.292	186.089.516	219.350.360	77.614.844	29.064.700	28.606.980	105.671.512	134.278.492
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	39.292.500	19.281.191	16.388.827	15.357.038	23.724.611	39.081.649	47.918.000	24.067.902	3.983.476	3.334.745	24.174.669	27.509.414
Presidência da República ³	141.158.124	58.261.438	24.488.037	24.216.861	35.341.283	59.558.144	873.351.896	233.238.043	146.792.852	131.850.374	84.771.476	216.621.850
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	117.317.078	85.284.617	24.037.271	15.223.898	7.248.022	22.471.920	55.706.452	30.029.592	2.462.954	2.229.446	133.164.807	135.394.253
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	454.106.532	203.019.833	82.210.884	40.848.349	199.742.550	240.590.899	535.761.006	204.176.579	80.285.253	72.020.266	227.166.062	299.186.328
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.053.043.747	463.285.608	280.518.278	215.561.354	92.782.292	308.343.646	1.019.456.245	546.113.790	280.647.173	209.846.972	337.121.788	546.968.760
Ministério da Fazenda ⁴	508.316.345	179.380.418	48.061.849	47.578.988	133.177.107	180.756.095	285.003.743	66.008.261	33.147.567	32.609.919	205.205.520	237.815.439
Ministério da Educação	1.241.459.278	577.649.258	213.810.849	197.012.255	615.123.090	812.135.345	2.151.843.043	698.975.330	317.788.893	303.547.578	774.581.895	1.078.129.473
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	104.340.406	25.834.333	6.214.544	6.130.509	20.497.834	26.628.343	218.756.667	140.918.851	8.869.624	8.838.418	36.392.004	45.230.422
Ministério da Justiça	943.251.362	391.981.763	131.334.400	130.320.073	219.868.383	350.188.455	994.884.662	580.721.393	250.672.196	248.697.262	416.535.780	665.233.042
Ministério de Minas e Energia	49.522.662	24.966.894	10.718.537	10.286.346	5.233.370	15.519.717	49.285.057	17.328.625	9.158.291	8.832.496	14.457.903	23.290.399
Ministério da Previdência Social	308.164.288	53.020.532	11.708.186	8.043.161	52.501.224	60.544.385	83.300.000	25.397.608	8.201.456	7.770.237	82.098.723	89.868.960
Ministério Público da União	157.783.954	64.969.276	32.275.765	32.034.556	58.829.265	90.863.821	315.342.384	137.285.714	61.388.986	61.359.424	79.794.500	141.153.924
Ministério das Relações Exteriores	39.506.376	12.063.592	9.129.958	9.124.168	2.901.893	12.026.061	42.159.236	12.084.500	11.339.748	11.332.968	6.085.503	17.418.471
Ministério da Saúde	3.337.184.944	1.450.106.330	318.552.202	279.592.516	1.038.567.082	1.318.159.597	4.670.296.579	757.547.706	216.168.405	213.736.438	1.166.528.834	1.380.265.273
Ministério do Trabalho e Emprego	36.546.153	12.768.166	8.998.765	8.996.609	7.529.410	16.526.019	64.096.513	43.359.954	24.710.631	24.705.647	8.870.885	33.576.532
Ministério dos Transportes	6.167.228.977	4.120.859.622	1.551.502.587	1.307.894.297	2.285.838.487	3.593.732.784	10.519.679.728	6.394.890.376	2.544.194.198	2.193.756.463	2.177.473.612	4.371.230.075
Ministério das Comunicações	109.960.594	10.747.619	6.163.590	2.670.695	21.191.168	23.861.863	174.495.323	12.159.466	9.365.373	9.365.373	10.190.155	19.555.528
Ministério da Cultura	135.399.810	80.166.654	16.847.622	14.379.795	25.839.361	40.219.156	241.998.740	68.666.285	23.407.451	23.282.366	61.404.602	84.686.968
Ministério do Meio Ambiente	137.678.221	49.275.707	21.885.759	20.382.514	31.128.630	51.511.144	93.417.369	14.258.900	3.323.649	3.304.571	33.975.596	37.280.167
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.340.149.483	1.611.027.273	1.262.646.547	1.252.235.599	152.917.837	1.405.153.436	1.897.971.401	1.292.357.045	819.165.599	818.552.739	237.909.535	1.056.462.273
Ministério do Esporte	532.903.496	358.303.525	52.552.297	52.552.297	100.771.990	153.324.286	607.200.994	363.737.669	148.706.548	148.706.548	226.293.509	375.000.058
Ministério da Defesa	2.369.125.266	1.550.079.773	780.271.146	753.112.514	630.821.042	1.383.933.556	3.267.705.459	2.250.970.147	1.317.138.799	1.283.214.918	707.218.200	1.990.423.119
Ministério da Integração Nacional	1.893.794.017	745.623.977	194.362.703	134.772.607	610.196.824	744.969.431	4.059.393.518	1.542.978.250	214.079.412	212.669.594	718.902.425	931.572.019
Ministério do Turismo	1.310.069.071	801.112.303	337.155.347	337.154.675	146.680.390	483.835.065	1.334.598.000	533.047.122	9.407.967	8.449.040	392.411.777	400.860.817
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	210.994.940	108.713.354	58.035.004	58.035.004	19.874.200	77.909.204	236.110.159	93.943.123	15.168.090	15.168.090	50.167.834	65.335.924
Ministério das Cidades	3.290.366.086	1.826.471.781	78.674.000	76.804.422	592.769.416	669.573.838	5.911.279.782	3.184.325.418	62.461.390	50.492.301	925.533.535	976.025.836
TOTAL	27.940.212.396	15.291.877.410	5.829.895.576	5.295.328.298	7.478.262.883	12.773.591.181	40.829.034.908	19.753.143.845	6.891.405.118	6.374.925.573	9.501.341.808	15.876.267.381

* Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁴ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XII - nº 11 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2007

Comentários

Em Novembro de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 17,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.625.383 (mil), em Novembro de 2007, contra R\$ 4.797.853 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov / 2007	Nov / 2007	Jan a Nov/ 2007 (1)
							Out / 2007 (1)	Nov / 2006	Jan a Nov/ 2006
FPM	2.012.324,0	2.478.439,3	26.488.779,8	2.453.447,9	2.876.616,3	29.604.344,2	17,2%	16,1%	11,8%
FPE	1.922.162,5	2.367.394,8	25.301.957,9	2.344.405,5	2.748.766,5	28.288.593,1	17,2%	16,1%	11,8%
IPI-Exp	201.013,8	202.252,4	2.066.571,3	258.329,0	254.626,3	2.381.524,2	-1,4%	25,9%	15,2%

Obs.: Já deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2007 a 20/10/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
Out/3º DEC	652.553	9.214.392	9.866.945	Out/1º DEC	1.767.969	1.850.200	54.384	3.672.553
Nov/1º DEC	732.468	1.948.316	2.680.784	Out/2º DEC	480.346	502.687	61.044	1.044.077
Nov/2º DEC	1.670.250	1.122.746	2.792.996	Out/3º DEC	500.452	523.729	139.199	1.163.379
TOTAL	3.055.271	12.285.455	15.340.725	TOTAL	2.748.766	2.876.616	254.626	5.880.009

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). Nas Transferências foram deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI - EXP (1)
ACRE	AC	15.183	94.035	41
ALAGOAS	AL	68.506	114.351	752
AMAZONAS	AM	39.595	76.702	6.792
AMAPÁ	AP	9.834	93.788	241
BAHIA	BA	259.787	258.280	19.918
CEARÁ	CE	150.381	201.674	2.354
DISTRITO FEDERAL	DF	5.836	18.972	159
ESPÍRITO SANTO	ES	50.006	41.231	11.543
GOIÁS	GO	103.828	78.150	2.600
MARANHÃO	MA	120.087	198.411	2.663
MINAS GERAIS	MG	377.722	122.444	29.212
MATO GROSSO DO SUL	MS	42.455	36.614	1.730
MATO GROSSO	MT	52.997	63.439	2.365
PARÁ	PA	104.026	168.005	10.338
PARAÍBA	PB	92.990	131.636	668
PERNAMBUCO	PE	139.027	189.670	1.869
PIAUÍ	PI	76.290	118.785	73
PARANÁ	PR	195.656	79.252	25.799
RIO DE JANEIRO	RJ	84.115	41.993	33.240
RIO GRANDE DO NORTE	RN	71.394	114.841	898
RONDÔNIA	RO	26.237	77.394	391
RORAIMA	RR	17.638	68.189	18
RIO GRANDE DO SUL	RS	191.646	64.728	31.159
SANTA CATARINA	SC	111.401	35.179	18.683
SERGIPE	SE	40.777	114.219	134
SÃO PAULO	SP	384.994	27.488	50.925
TOCANTINS	TO	44.208	119.296	63
TOTAL		2.876.616	2.748.766	254.626

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano I - nº 11 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2007

Em novembro de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 4.001.588 (mil), contra R\$ 4.403.252 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de 9,1% em valores nominais. Contribuiu para esse comportamento o decréscimo da ordem de 17,1 % do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil				
	Outubro	Participação	Novembro	Participação	Varição
FPM	490.404	11,1%	575.047	14,4%	17,3%
FPE	468.656	10,6%	549.489	13,7%	17,2%
IPI-EXP	51.641	1,2%	50.901	1,3%	-1,4%
LC 87/96	27.072	0,6%	27.072	0,7%	0,0%
ITR	6.920	0,2%	1.239	0,0%	-82,1%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	200.000	4,5%	200.000	5,0%	0,0%
IPVA	52.656	1,2%	25.029	0,6%	-52,5%
ITCMD	7.060	0,2%	4.674	0,1%	-33,8%
ICMS	3.098.843	70,4%	2.568.137	64,2%	-17,1%
TOTAL	4.403.252	100,0%	4.001.588	100,0%	-9,1%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília – DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	13.784.957,05	8.083.245,87	21.868.202,92	3.836.387,58	2.249.587,22	6.085.974,80
AL	12.892.707,17	33.679.656,08	46.572.363,25	7.453.945,41	19.471.962,75	26.925.908,16
AM	11.131.104,43	13.754.684,56	24.885.788,99	25.275.339,89	31.232.688,74	56.508.028,63
AP	15.526.007,69	5.349.289,00	20.875.296,69	3.762.619,46	1.296.362,80	5.058.982,26
BA	40.348.014,16	107.447.982,82	147.795.996,98	28.640.957,28	76.271.735,49	104.912.692,77
CE	20.039.892,28	79.333.240,31	99.373.132,59	11.306.311,91	44.759.039,54	56.065.351,45
DF	5.211.669,14	-	5.211.669,14	-	-	-
ES	7.606.418,31	14.100.972,31	21.707.390,62	23.869.629,90	44.250.129,00	68.119.758,90
GO	18.970.172,24	18.381.154,14	37.351.326,38	43.666.607,13	42.310.772,97	85.977.380,10
MA	27.020.954,00	95.189.600,12	122.210.554,12	6.531.455,84	23.009.057,00	29.540.512,84
MG	61.692.913,71	47.758.938,38	109.451.852,09	158.050.678,52	122.353.316,31	280.403.994,83
MS	7.782.227,26	8.874.794,76	16.657.022,02	23.500.289,55	26.799.558,14	50.299.847,69
MT	12.837.311,83	11.548.814,70	24.386.126,53	28.286.070,45	25.446.961,62	53.733.032,07
PA	29.662.153,61	77.179.491,24	106.841.644,85	15.094.291,34	39.274.618,22	54.368.909,56
PB	18.785.984,85	29.031.005,64	47.816.990,49	11.047.135,96	17.071.741,10	28.118.877,06
PE	26.186.560,58	43.971.387,66	70.157.948,24	29.078.025,00	48.826.615,16	77.904.640,16
PI	14.242.778,01	34.853.128,37	49.095.906,38	5.147.325,03	12.595.884,31	17.743.209,34
PR	34.245.972,22	28.738.348,16	62.984.320,38	85.852.197,29	72.044.980,47	157.897.177,76
RJ	11.457.066,68	21.999.340,02	33.456.406,70	98.303.636,76	188.758.187,49	287.061.824,25
RN	15.148.551,60	22.360.979,60	37.509.531,20	10.148.191,06	14.979.880,77	25.128.071,83
RO	11.177.313,20	9.692.201,57	20.869.514,77	11.731.070,75	10.172.381,99	21.903.452,74
RR	13.306.395,29	3.870.159,85	17.176.555,14	4.505.757,77	1.310.497,85	5.816.255,62
RS	32.349.821,73	27.993.746,32	60.343.568,05	70.320.106,36	60.851.128,79	131.171.235,15
SC	18.103.422,51	15.928.901,96	34.032.324,47	53.899.879,63	47.425.615,50	101.325.495,13
SE	12.015.948,97	19.065.724,78	31.081.673,75	6.123.259,87	9.715.786,19	15.839.046,06
SP	59.298.283,61	42.002.262,77	101.300.546,38	490.472.858,59	347.412.580,54	837.885.439,13
TO	18.431.734,75	14.303.108,52	32.734.843,27	6.781.896,51	5.262.781,91	12.044.678,42
TOTAL	569.256.336,88	834.492.159,51	1.403.748.496,39	1.262.685.924,84	1.335.153.851,87	2.597.839.776,71

Complementação da União

Conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

R\$ mil

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
TOTAL			200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br